

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor **xxx, com a licença n.º xx** tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia **xx**, com o código **xx** e que acusou a presença da substância 19-Norandrosterona, numa concentração superior à legalmente admissível, sendo, por isso, proibida.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido (fls. 17 e ss.).

Apesar de regularmente notificado para o efeito, o Arguido não compareceu no dia e hora marcados para a sua inquirição, tendo inclusivamente prescindido da sua audição (fls. 25).

Contudo, constitui mandatária (Exma. Sra. Dra. Marina Albino) e respondeu por escrito à nota de culpa, pugnando pela sua inocência. Em suma, alegou que não tomou qualquer medicamento que contivesse a substância 19-Norandrosterona, e que se o tivesse feito, dado que esta substância permanece por um largo período de tempo no organismo, teria também sido detectada nos controlos a que foi submetido nos dias posteriores, ainda durante a realização da **xxx**. Mais ainda, impugnou o processo analítico de colheita, conservação e refrigeração das amostras e fez dois requerimentos de prova, aos quais foi já dado despacho, a fls. 35, cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido.

Por se julgar relevante para a descoberta da verdade, o Arguido foi notificado para vir juntar aos autos os dois formulários dos controlos antidopagem a que alegou, na resposta à nota de culpa, ter sido submetido nos dias posteriores ao controlo positivo.

O Arguido respondeu, em 03/12/2009, via fax, dizendo que desconhecia o paradeiro dos referidos formulários (a fls. 41 e ss.).

Perante isto, foi a UVP/FPC notificada para vir juntar os ditos formulários (fls. 43).

Na resposta, a UVP/FPC esclareceu que o Arguido apenas foi controlado duas vezes na xxx, sendo que uma delas foi aquela que resultou no controlo positivo que originou o presente processo disciplinar e a outra foi no xx, com o código x (cfr. fls. 44 e ss.).

Na posse dos dois formulários de controlo antidopagem a que o Arguido foi submetido durante a referida competição, o Instrutor solicitou ao ADOP parecer no sentido de esclarecer se a concentração de 19-Norandrosterona detectada no controlo do dia x implicaria, ou não, um resultado também adverso no controlo realizado no dia x.

Em Parecer enviado no dia 20/01/2010, assinado pelo Professor Doutor Luís Horta (a fls. 52 e ss.), a ADOP veio esclarecer que “o facto de passados três dias já não se verificarem valores de

19-norandrosterona acima do limite de detecção pode justificar-se por um de dois motivos:

a. O praticante desportivo administrou decanoato de nandrolona por via injectável, semanas ou meses antes da realização do controlo, visando o aumento da sua massa muscular, e no momento do controlo de dopagem estava na fase final do período de excreção;

b. O praticante desportivo tomou pró-hormonas proibidas (norandrotenediol ou norandrostenediona) por via oral, dias antes da realização do primeiro controlo de dopagem, que metabolizam sobre a forma de 19-norandrosterona, mas que embora logo após a administração produzam concentrações urinárias daquele metabólito na ordem de alguns milhares de ng/mL têm um tempo de excreção urinária muito curto, o que leva a que passadas 24 a 48 horas da sua ingestão dêem concentrações daquele metabólito abaixo do valor limite de detecção.”

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

II. FUNDAMENTAÇÃO

O Parecer da ADOP supra referenciado permite-nos dar como provado que, contrariamente ao alegado pelo Arguido, a substância 19-Norandrosterona não tem necessariamente que se manter no organismo por um longo período de tempo, podendo inclusivamente o seu tempo de excreção variar entre as 24 e as 48 horas. Pelo que, concluímos que não tem qualquer fundamento o alegado pelo Arguido nos artigos 8.º e 9.º da resposta à nota de culpa.

Assim, com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (amostras A e B) e no Parecer da ADOP, considera-se provado que o Arguido procedeu à toma da substância proibida 19-Norandrosterona (v. fls. 3, 4, 8 a 10, e 52 e ss.).

Tudo dito, concluímos que o Arguido praticou uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC, por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (em virtude de a UVP/FPC ainda não ter procedido à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da segunda infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão da actividade desportiva pelo período de dois a quatro anos.



III. CONCLUSÃO

Pelo exposto, a conduta do Arguido é susceptível de punição.

atletas a adoptar condutas semelhantes.

Por último, não se vislumbra, no caso concreto, que possam ser aplicáveis quaisquer atenuantes em favor do Arguido.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:

- Desqualificação da xxx; 
- Três anos de suspensão da actividade desportiva (Início: 29.09.2009; Termo:  29.09.2012).

Lisboa, 22 de Janeiro de 2010

O Instrutor,





Processo n.º 11/09

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em x, contra o ciclista xxx, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia x, com o código x e que acusou a presença da substância 19-Norandrosterona, numa concentração superior à legalmente admissível, sendo, por isso, proibida.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado Relatório Final (v. fls. 55 a 59 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

De acordo com o Relatório Final, o Arguido praticou uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC, por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (em virtude de a UVP/FPC ainda não ter procedido à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da segunda infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão da actividade desportiva pelo período de dois a quatro anos.

Assim sendo, subscrevendo as motivações constantes do Relatório Final, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, aplica-se ao Arguido as seguintes sanções:

- Desqualificação da xxxx;
- Três anos de suspensão da actividade desportiva (Início: 29.09.2009; Termo: 29.09.2012).

Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2010

O Conselho Disciplinar,

João Pedro Antunes
Miguel Sousa Gouveia